



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Adolescentes em conflito com a lei: contexto teórico e processos de estigmatização**

Ana Carolina Canassa Marques

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Martins Barroso

Cidade/Estado/Ano de defesa: Uberaba/ Minas Gerais/ 2022.

UBERABA-MG

2022

**Catálogo na fonte:**  
**Biblioteca da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

M315a	<p>Marques, Ana Carolina Canassa Adolescentes em conflito com a lei: contexto teórico e processos de estigmatização / Ana Carolina Canassa Marques. -- 2022. 95 f. : tab.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2022 Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Martins Barroso</p> <p>1. Delinquência juvenil. 2. Estigma social. 3. Revisão. I. Barroso, Sabrina Martins. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 343.91-053.6</p>
-------	---



**Ministério da Educação**  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Uberaba - MG

### ATA DE DEFESA E QUALIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)				
Evento:	DEFESA DE DISSERTAÇÃO				
Data:	01/02/2022	Início em:	<b>09h30</b>	Término em:	<b>12h00</b>
Número de matrícula aluno:	2019.2069.6				
Nome do aluno:	<b>ANA CAROLINA CANASSA MARQUES</b>				
Título do trabalho:	<b>ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: CONTEXTO TEÓRICO E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO</b>				
Área de concentração:	PSICOLOGIA				
Linha de Pesquisa:	PSICOLOGIA E SAÚDE				
Projeto de pesquisa vinculado:	PREENCHIMENTO OPTATIVO				

Reuniu-se de forma remota, utilizando-se a plataforma **Google Meet** em conformidade com as recomendações do Ofício Circular n.º 03F/2020/PROPPG/UFTM, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta das Professoras Doutoras: Anamaria Silva Neves da Universidade de Uberlândia e Marina Rezende Bazon da Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto); Prof.ª Dr.ª Sabrina Martins Barroso orientadora da mestranda. Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Prof.ª Dr.ª Sabrina Martins Barroso apresentou a Comissão Examinadora e a mestranda, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a mestranda. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca se reuniu e atribuiu o resultado final, considerando a mestranda:

#### APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFTM.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata, que foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA MARTINS BARROSO, Professor do Magistério Superior**, em 02/02/2022, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 87, de 17 de agosto de 2021](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Usuário Externo**, em 02/02/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 87, de 17 de agosto de 2021](#).



Documento assinado eletronicamente por **marina rezende bazon, Usuário Externo**, em 04/02/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 87, de 17 de agosto de 2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0677081** e o código CRC **DC5143F3**.

**Referência:** Processo nº 23085.015511/2021-71

SEI nº 0677081

**ANA CAROLINA CANASSA MARQUES**

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: CONTEXTO TEÓRICO E  
PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO**

Data da aprovação: 01/02/2022

**Membros Componentes da Banca Examinadora:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dra. Sabrina Martins Barroso  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

---

**Membro Titular:** Prof. Dra. Marina Rezende Bazon  
Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto)

---

**Membro Titular:** Prof. Dra. Anamaria Silva Neves  
Universidade Federal de Uberlândia

**Local:** Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS)

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico essa pesquisa a todos que atuam com adolescentes em contexto infracional, que seguem em prol da luta por políticas públicas justas e pela diminuição dos estigmas que cercam a vida desses jovens.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente à minha orientadora Dra. Sabrina Martins Barroso por todo suporte, disponibilidade, respeito e confiança durante a nossa trajetória juntas. Não existem palavras suficientes para agradecer a sua contribuição à minha formação. Sou sua orientanda desde 2016, passando por iniciação científica, trabalho de conclusão de curso e mestrado, e digo tranquilamente que tudo o que eu aprendi e sei hoje sobre pesquisa foi com você, com todas as suas orientações e puxões de orelha. Você é o meu maior exemplo em docência e pesquisa, não apenas por todo conhecimento que você tem e tudo que você conquistou, mas também por tudo o que você proporciona para os seus orientandos. Me sinto muito sortuda por ter o título de "orientanda da Sabrina". Eu sempre agradeço a Ana Carolina de 2016 por ter tomado a decisão de participar do processo seletivo para o seu laboratório, Napis - Núcleo de Avaliação Psicológica e Investigações em Saúde, porque foi essa seleção que me abriu portas tão importantes.

Agradeço ao NAPIS e a todos os colegas que o compõe por ter sido uma fonte de aprendizado tão rica.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP-UFTM por ter sido minha casa por dois anos. Agradeço a todos os professores do programa que eu tive a honra de ser aluna. Vocês têm um papel essencial na nossa formação enquanto mestres. Agradeço também à Luciana Veludo, secretária do PPGP, pela disponibilidade e auxílio aos mestrandos.

Agradeço à professora Dra. Anamaria Silva Neves e professora Dra. Daniela Zanini, que compuseram a minha banca de qualificação. Profissionais tão sensíveis, com contribuições que foram fundamentais ao caminhar da minha pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos que me acompanharam na montanha russa de emoções que é o mestrado. Vocês me ouviram comemorar, lamentar, vibrar, chorar e sentiram essas emoções comigo em todos os momentos. Vocês foram fonte de apoio, saúde mental e energia. A vida seria

muito mais difícil e sem cor sem vocês. Em especial, agradeço ao meu amigo Arthur pelo companheirismo nos estudos em estatística.

Agradeço aos meus pais, Maria Celeste e José Placedino pelo suporte emocional, motivação, carinho, colo e cuidado em todos os momentos que precisei. Sem vocês eu não estaria aqui.

Agradeço à FAPEMIG, pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que se dispuseram a participar. Vocês foram peça fundamental para que essa dissertação pudesse ser construída. Sou muito grata pelo envolvimento e disponibilidade de todos.



## Sumário

<b>RESUMO .....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>12</b>
<b>APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
Percurso da pesquisa .....	14
Apresentação do tema .....	17
<b>RESUMO DO ESTUDO 1 .....</b>	<b>22</b>
<i>Temática do estudo</i> .....	22
<i>Objetivo</i> .....	22
<i>Resumo do Método</i> .....	23
<i>Resumo das principais conclusões do Estudo 1</i> .....	23
<b>RESUMO DO ESTUDO 2.....</b>	<b>25</b>
<i>Temática do estudo</i> .....	25
<i>Objetivo</i> .....	25
<i>Resumo do Método</i> .....	26
<i>Resumo das principais conclusões do Estudo 2</i> .....	26
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>32</b>
APÊNDICE A .....	32
APÊNDICE B .....	35
<b>ANEXOS .....</b>	<b>36</b>
ANEXO A .....	36

## RESUMO

Os adolescentes que cometem infrações vêm de um histórico de grande negligência legislativa e social. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente houve mudanças legais no atendimento socioeducativo destinado a jovens que cometeram infrações, contudo, percebe-se que a prática permanece apoiada em ideais punitivos e de ajustamento de conduta dos adolescentes, reproduzindo a ideia de periculosidade dos jovens, fortalecendo os estigmas que os cercam e contribuindo para dificultar os processos de inserção social. Atualmente, esse é um campo de estudo em constante produção e as pesquisas, enquanto produtoras de conhecimento, tem grande responsabilidade quanto à sua elaboração e execução, pois podem tanto reproduzir estigmas e discriminação, quanto um conhecimento que promova a diminuição dos estereótipos que os cercam. Desse modo, surgem indagações sobre os níveis de estigma da população brasileira e formas de investigá-lo, visto que é nessa sociedade que os adolescentes estão inseridos, e o papel das produções científicas na promoção de conhecimentos e avanços para área. O Estudo 1 foi uma revisão sistemática da literatura, desenvolvida para responder à pergunta “Quais pesquisas têm sido realizadas sobre os adolescentes em conflito com a lei na literatura científica nacional nos últimos 5 anos?”, de modo a conhecer a literatura recente, delineando temáticas, avanços e lacunas dessa área. Ao total foram recuperados 121 artigos nacionais indexados nas bases de dados SciELO, Portal Regional da BVS, Psycinfo e Web Of Science, com avaliação da qualidade dos artigos feita por meio da estratégia PRISMA. Foram identificadas 11 categorias temáticas para extração dos dados, integração e análise do material. Concluiu-se que os artigos apresentaram avanços evidentes no conhecimento sobre o atendimento destinado aos adolescentes no sistema jurídico e socioeducativo, os impactos para a sua percepção de si e construção de projetos futuros. O Estudo 2 foi uma pesquisa empírica, realizada por meio de uma coleta online. A amostra foi composta por

440 adultos brasileiros, com idades entre 18 e 74 anos, que responderam à Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações (EE-ACI), com 38 questões, em uma escala *likert* de quatro pontos. Os participantes apresentaram uma pontuação média de 73,86 e desvio padrão de 16,477, onde 67,5% da amostra, foram classificados com um nível médio de estigma. Fatores individuais como o sexo e a faixa etária foram estatisticamente significativos para a pontuação na escala e a escolaridade foi um fator protetivo para um baixo estigma. Concluiu-se que a estigmatização dos adolescentes que cometem delitos está presente em contexto brasileiro, associada ao julgamento individual, crenças sobre características individuais dos adolescentes e medo de serem vítimas de infrações.

**Palavras-chave:** Estigma social; Delinquência juvenil; Revisão.

## ABSTRACT

Adolescents who commit offenses come from a history of gross legislative and social neglect. With the enactment of the Statute of Children and Adolescents, there were legal changes in the socio-educational assistance aimed at young people who committed infractions, however, it is clear that the practice remains supported by punitive ideals and the adjustment of conduct, reproducing the idea of dangerousness of young people, strengthening the stigmas that surround them and contributing to hinder the processes of social inclusion. Currently, this is a field of study in constant production. The research, as producer of knowledge, has great responsibility for its preparation and implementation, as they can both reproduce stigmas and discrimination, as well as knowledge that promotes the reduction of stereotypes that surround them. Thus, questions arise about the levels of stigma in the Brazilian population and ways to investigate it, since it is in this society that adolescents are inserted, and the role of scientific productions in promoting knowledge and advances in the area. Study 1 was a systematic literature review, developed to answer the question “What research has been carried out on adolescents in conflict with the law in the national scientific literature in the last 5 years?”, in order to know the recent literature, outlining themes, advances and gaps in this area. A total of 121 national articles were retrieved, indexed in the SciELO, Portal Regional da BVS, Psycinfo and Web Of Science databases, with an assessment of the quality of the articles carried out using the PRISMA strategy. Eleven thematic categories were identified for data extraction, integration and analysis of the material. It was concluded that the articles presented evident advances in knowledge about the care provided to adolescents in the legal and socio-educational system, the impacts on their perception of themselves and the construction of future projects. Study 2 was an empirical research, carried out through an online survey. The sample consisted of 440 Brazilian adults, aged between 18 and 74 years, who responded to the Escala de

Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações (EE-ACI), with 38 questions, on a four-point Likert scale. Participants had a mean score of 73.86 and standard deviation of 16.477, and 67.5% of the sample were classified as having an average level of stigma. Individual factors such as sex and age group were statistically significant for the scale score and education was a protective factor for low stigma. It was concluded that the stigmatization of adolescents who commit crimes is present in the Brazilian context, associated with individual judgment, beliefs about individual characteristics of adolescents and fear of being victims of infractions.

**Keywords:** Social stigma; Juvenile delinquency; Review.

## APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

### **Percurso da pesquisa**

Meu interesse em pesquisa remete aos primeiros anos de graduação, quando comecei a ajudar em coletas de dados para pesquisas de colegas. Em 2016, quando cursava o 6º período, ingressei no Núcleo de Avaliação Psicológica e Investigações em Saúde (NAPIS), laboratório de pesquisa da Profª Dra. Sabrina Martins Barroso, minha orientadora no mestrado. Auxiliei em coletas, participei de projetos do laboratório, logo iniciei a minha iniciação científica, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e, posteriormente, meu Trabalho de Conclusão de Curso, como um desdobramento dos dados da iniciação científica. Estar inserida em um laboratório de pesquisa por quase 5 anos está sendo essencial para a minha formação enquanto pesquisadora. Pela minha paixão por realizar pesquisa e meu desejo em seguir carreira acadêmica, logo que finalizei a graduação em Psicologia ingressei no Programa de Mestrado da UFTM com um projeto que se encaixasse nos meus interesses de trabalho futuros.

Desde muito cedo na graduação foi sendo despertado em mim o interesse pela Psicologia Jurídica, voltada à área de infância, juventude e família, sendo assim, sempre procuro me inserir nesses espaços. Na graduação já participava de projetos voltados a crianças e adolescentes em situações de acolhimento institucional e famílias em processo de adoção. O interesse pela infância e juventude foi se seguindo e, atualmente sou membro do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção - GIPA, atuando nas oficinas preparatórias para postulantes a adoção e, também, nas Oficinas de parentalidade, com crianças e adolescentes que vivenciaram o processo de divórcio dos pais. Esses espaços puderam me colocar em contato com a atuação com crianças e adolescentes, me motivando cada vez mais a seguir nessa área, desenvolvendo projetos e pesquisas.

A presente dissertação surgiu do interesse em pesquisar elementos que envolvem os adolescentes em conflito com a lei. O modo como as pessoas, de uma maneira geral, e em destaque o Poder Judiciário, lidam com questões relativas à criminalidade, sempre foi algo que me intrigou. Enquanto psicóloga, sou levada a observar e compreender o mundo para além do que é dito e do que é visível aos olhos, assim, sempre me distancio de perspectivas de “certo e errado” e de verdades absolutas. Desse modo, as noções de criminalização, de periculosidade e, até mesmo, maldade intrínseca ao sujeito, previsibilidade do crime com base em características individuais, familiares e socioeconômicas (ideias que mais perpassam o imaginário social), nunca fizeram sentido para mim. Acredito na influência do campo social na vida privada e no modo como o contexto macrossocial amplo, como sociedade, mídia, família, escola, trabalho, relações interpessoais, atravessam a construção da experiência individual. Seguindo por essa perspectiva, a lógica punitivista que o sistema de justiça criminal e socioeducativo se pauta na prática condiz com uma visão individualizada do ato infracional. Ou seja, voltada a aspectos pessoais do sujeito, oferecendo uma ideia de mudança pessoal que é marcada por violências e busca manter um equilíbrio social. Contudo, essa concepção individualizada não beneficia a sociedade, mas a mantém enquanto reprodutora de violência e não beneficia ou sequer oferece ao jovem em conflito com a lei novas possibilidades de ser.

Inicialmente, a minha pesquisa de mestrado seria o estudo da resiliência e solidão com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O primeiro estudo seria uma investigação quantitativa sobre os seus níveis de resiliência e solidão e o segundo seria uma construção qualitativa sobre a resiliência, a partir da compreensão dos adolescentes, seu histórico de vida e o momento de internação. Esse projeto surgiu como uma forma de colocar os jovens como protagonistas do processo, dando espaço de fala e construção própria. Após as devidas

autorizações judiciais e do Centro Socioeducativo, ao qual ocorreria a pesquisa, a coleta de dados se iniciaria no primeiro semestre de 2020. Contudo, com a pandemia Covid-19 e as orientações de distanciamento social, não foi possível que a pesquisa fosse realizada dentro do Centro Socioeducativo, o que inviabilizava o contato com os adolescentes. Assim, diante as impossibilidades de seguir com o projeto original, tive que pensar em novos caminhos.

Enquanto estudiosa sobre a adolescência, sempre me preocupou os efeitos da lógica punitivista social, jurídica e institucional para o desenvolvimento socioemocional dos adolescentes. Mesmo em processo de desenvolvimento, construção de identidade e do seu lugar no mundo, desde cedo já são rotulados e excluídos, em contrapartida a uma assistência especializada. Assim, caminhei de encontro ao conceito de estigma social e os impactos que ele exerce na constituição pessoal. Desse modo, desenvolvi a pesquisa “Adolescentes em conflito com a lei: contexto teórico e processos de estigmatização”, que foi dividida em dois estudos: o primeiro visou construir uma revisão sistemática da literatura, respondendo à pergunta “Quais pesquisas têm sido realizadas sobre os adolescentes em conflito com a lei na literatura científica nacional nos últimos 5 anos?”; por fim, o segundo estudo objetivou entender qual a visão da população brasileira sobre os adolescentes em conflito com a lei, analisando aspectos como estigmas sociais, julgamento, atitudes e expectativas, por meio da escala “Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações (EE-ACI)” (Apêndice A).

Durante os dois anos de mestrado participei de congressos nacionais e internacionais, nos quais apresentei minha pesquisa. Em novembro de 2019 participei do II Congresso Nacional de Psicologia: Direitos humanos e movimentos de resistência, na Universidade Estadual de Londrina, no qual apresentei o resumo intitulado “Investigação da resiliência e solidão em adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado”, no formato de comunicação oral. Já em



novembro de 2020, com a mudança de tema da dissertação, participei do XVII CIDH - Congresso Internacional de Direitos Humanos com o resumo “Investigação do estigma sobre adolescentes em conflito com a lei”, no formato apresentação digital e do VIII Seminários Integrados de Pesquisa em Psicologia, o qual fiz parte da comissão organizadora, com a apresentação "Adolescência e ato infracional: uma revisão sistemática da literatura", no formato mesa redonda. Em outubro de 2021 participei da XXI Encontro Nacional Online da ABRAPSO com o resumo "Estigma social sobre adolescentes em conflito com a lei", na modalidade comunicação oral. Por fim, em novembro de 2021 participei como palestrante na I Semana Acadêmica da Psicologia UEMG, na mesa “Psicologia e políticas de ressocialização”, com a palestra intitulada “Estigmas sociais e seus impactos para a ressocialização de adolescentes”. A participação nesses congressos e eventos me permitiram apresentar os dados para a comunidade científica, assim como entrar em contato e trocar conhecimentos com outros pesquisadores da área.

### **Apresentação do tema**

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990/2020), documento de referência ao cuidado às crianças e adolescentes, a adolescência compreende jovens de 12 a 18 anos de idade. Os adolescentes que praticam conduta delituosa são considerados penalmente inimputáveis perante a lei, sendo, portanto, sujeitos às medidas socioeducativas descritas no ECA. De acordo com o cap. IV, art. 112 do estatuto, as medidas são aplicadas tendo como parâmetro a gravidade do ato e as circunstâncias socioculturais e familiares, ou seja, a capacidade do jovem de cumpri-la, sendo elas: "I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional" (ECA, 1990/2020, p. 68).

As medidas citadas foram desenvolvidas de modo a promover a responsabilização pela infração cometida. Durante seu cumprimento deve ser garantido ao adolescente seus direitos básicos, como acesso à educação, cuidados à saúde, esporte e cultura, convivência social e familiar e capacitação para o trabalho (ECA, 1990/2020). O ECA determina, também, que os adolescentes em medidas socioeducativas não podem ser submetidos a tratamentos vexatórios, violentos, discriminadores e opressores, bem como atribui penalidade aos que atuarem de forma contrária (ECA, 1990/2020). Contudo, apesar da legislação prever essas diretrizes, alguns autores relatam que a prática acontece de forma diferente. As práticas são em suma punitivas e coercitivas, de controle dos corpos e ajustamento de conduta dos adolescentes, reproduzindo e fortalecendo a ideia de periculosidade do indivíduo, sem levar em consideração a realidade macrossocial e seus impactos no desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos (Leal & Macedo, 2019; Scisleski et al., 2015). Apesar de se apoiar em uma vertente socioeducativa, essas práticas acabam reproduzindo estigmas, violência e violação de direitos, ao contrário de promover educação, cuidado e favorecer o desenvolvimento psicossocial (Scisleski et al., 2015).

Sendo o principal objeto de estudo dessa dissertação, faz-se importante conceitualizar o estigma. Goffman (1963/2004), referência teórica para o Estudos 2, explica o estigma enquanto uma série de atributos de caráter negativo e depreciativo, designados a pessoas que desviam de normatizações sociais. Isto é, a sociedade, de modo geral, determina características normativas sobre comportamentos, falas, ações, jeitos de ser e se portar sobre os demais indivíduos, ao passo que aqueles que não cumprem essas normas são excluídos e discriminados (Ainlay et al., 1986; Goffman, 1963/2004; Link & Phelan, 2001). Assim, Goffman (1963/2004) determina que o estigmatizado possui uma "identidade social real", enquanto suas características próprias, e uma "identidade social virtual", como os rótulos socialmente designados.

Os estigmas e a discriminação perpassam os discursos e ações judiciais, institucionais (Borges & Salla, 2018; Coelho et al., 2017; Leal & Macedo, 2019; Scisleski et al., 2015) e refletem o imaginário social sobre esses adolescentes, marcado por termos depreciativos, que promovem um determinismo sobre o caráter e moralidade (Freitas, 2016; Scisleski et al., 2015; Vidal, 2014). Revelam ações que se distanciam da inclusão necessária para que ocorra a ressocialização prevista no ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei 12594/2012 (Eca, 1990/2020), pois com a volta do adolescente ao convívio social, o poder público e sociedade devem atuar em conjunto para que a ressocialização aconteça. O Estado deve fornecer a infraestrutura necessária de acesso à escolarização, trabalho, cultura e lazer e a sociedade deve contribuir com oportunidades a uma boa convivência comunitária (Pires, 2018).

O ECA firma o cuidado e proteção integral que deve ser destinado a crianças e adolescentes e nele estabelece que a todos os adolescentes devem ser assegurados "direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" (ECA, 1990/2020, pág. 16, art.4), sendo de responsabilidade da família, do poder público e da sociedade em geral proporcionar esses direitos. No entanto, em contrapartida ao que é previsto pela lei, o cuidado não acontece de forma integral, ampla e plena (Coelho et al., 2017; Leal & Macedo, 2019; Scisleski et al., 2015; Vidal, 2014). Pelo contrário, as violências e estigmas atribuídos provocam medo, insegurança, sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, ou seja, um processo de deterioração da identidade pessoal e prejuízos na constituição do autoconceito (Ainlay et al., 1986; Goffman 1963/2004; Link & Phelan, 2001). Há processos de estigmatização que o sujeito acaba incorporando à sua identidade os padrões sociais normativos e as características estigmatizadoras (Goffman 1963/2004). Assim, a ideia dessa dissertação surgiu como uma forma de conhecer como as pesquisas sobre adolescência

e infração estão caminhando na atualidade, bem como explorar como o adolescente vem sendo representado pelo olhar da população adulta brasileira.

O Estudo 1 teve o objetivo de construir uma revisão sistemática da literatura, de modo a conhecer quais pesquisas estão sendo publicadas sobre os adolescentes em conflito com a lei nos últimos cinco anos, delineando temáticas, avanços na temática da proteção integral e lacunas dessa área. A escolha da revisão sistemática para o primeiro estudo ocorreu devido à relevância de sistematizar o percurso atual das pesquisas sobre adolescência e infração no Brasil. A revisão sistemática permite abranger o olhar do pesquisador sobre uma temática e população, ampliando as possibilidades de construções científicas futuras. Compuseram o escopo final de artigos da presente revisão 121 publicações, das quais 22 foram selecionadas para exemplificar os resultados e compor a discussão do artigo. Esse número reduzido foi selecionado de acordo com as categorias temáticas extraídas dos 121 achados, devido à limitação de páginas e referências indicadas a um artigo científico.

O Estudo 2, por outro lado, se caracterizou enquanto uma pesquisa descritiva, correlacional e exploratória sobre os níveis de estigma social da população brasileira. Seus objetivos foram entender qual a visão da população brasileira sobre os adolescentes em conflito com a lei, analisando aspectos como estigmas sociais, julgamento, atitudes e expectativas. Para isso, participaram 440 adultos brasileiros das cinco regiões do país, com idades entre 18 e 74 anos, que responderam a dois questionários: um questionário sociodemográfico, sobre características pessoais da amostra (Apêndice B); e à Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações, que conteve 38 questões, com respostas em escala likert de quatro pontos (Apêndice A). A coleta foi realizada integralmente online. As análises conduzidas foram análises descritivas de porcentagem, média, moda, mediana e desvio-padrão; teste de normalidade Kolmogorov–Smirnov;

análises de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e correlação de Spearman; e, por fim realizou-se uma regressão logística binária [método Backward Stepwise (Wald)] para o nível alto de estigma. Todas as análises consideraram o nível de significância de 5%.

## RESUMO DO ESTUDO 1

### **Adolescência e ato infracional: uma revisão sistemática da literatura brasileira**

### **Adolescence and infraction: a systematic review of Brazilian literature**

#### ***Temática do estudo***

Historicamente a adolescência não era compreendida como uma fase importante do desenvolvimento e esse entendimento pautava as ações sociais e de assistência destinadas aos jovens, vivendo em um paradigma de caridade e indesejabilidade (Pires, 2018; Senhoras e Senhoras, 2020). Essa compreensão passou a se transformar com o crescimento da ciência e avanço da pesquisa em Psicologia no século XX, no qual pesquisadores começaram a perceber a adolescência como um período com características particulares e que deveria ser investigado (Souza, 2017; Souza & Silva, 2018).

A temática da adolescência e ato infracional, por sua vez, é marcada por fortes debates e indagações, sendo um campo crescente de pesquisa. A produção científica tem o papel de auxiliar a mapear e alterar o entendimento sobre fenômenos sociais. Assim, conhecer o que está sendo investigado sobre jovens que cometem infrações pode ajudar a entender a percepção social vigente sobre essa população e se o foco de cidadania e proteção integral tem sido aplicado a tais adolescentes.

#### ***Objetivo***

O objetivo deste estudo foi conhecer o perfil das pesquisas publicadas no Brasil sobre os adolescentes em conflito com a lei entre 2015 e 2020, delineando temáticas, avanços e lacunas.

### ***Resumo do Método***

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura científica brasileira, com o objetivo responder à questão norteadora “Quais as características das pesquisas realizadas sobre os adolescentes em conflito com a lei na literatura científica nacional nos últimos 5 anos?”.

Para a coleta foram utilizadas as maiores bases de dados científicas nacionais e internacionais: *Brazil Scientific Electronic Library Online - SciELO*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Psycinfo* e *Web Of Science*. Os descritores e palavras-chaves foram definidos após consulta ao Descritores em Saúde (Decs), adotando-se as seguintes combinações, nos idiomas português e inglês: (delinquência AND juvenil), (juvenile AND delinquency), (adolescenc\$ AND conflito com a lei), (adolescenc\$ AND conflict with the law), (jovem AND infrator), (juvenile AND offender\$), (adolescenc\$ AND infrator), (adolescenc\$ AND offender\$). A coleta foi feita nos dias 02/09/2020 e 06/09/2020 e considerou as publicações do período de janeiro de 2015 até agosto de 2020. Foram excluídas teses, dissertações, monografias, resenhas, cartas e editoriais, estudos teóricos e revisões da literatura.

Após as buscas iniciais, seguiram as seguintes etapas: exclusão de títulos duplicados, avaliação da temática dos artigos, inicialmente pela leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra dos textos. Para avaliação da qualidade dos artigos finais utilizou-se a estratégia PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* (Moher, Liberati, Tetzlaff, & Altman, 2009). Foi atribuído um ponto para cada item considerado para cada item do Prisma quando a informação foi reportada e zero a cada item não informado.

### ***Resumo das principais conclusões do Estudo 1***

Após as leituras dos títulos, resumos e textos na íntegra, o escopo final da revisão foi composto por 121 artigos. Os anos de 2018 e 2019 se destacaram com o maior número de

publicações, com a maioria se identificando como pesquisas de campo, de abordagem qualitativa e descritivas. A técnica de coleta mais utilizada foi a entrevista e observou-se que a maior parte dos participantes foram adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, de maioria masculina. As temáticas abordadas pelos artigos foram divididas em 11 categorias para melhor entendimento, exposição e análise, sendo elas "Elementos da vida social e institucional" (16,6% do material), "Representação do adolescente em documentos, pesquisas e mídia" (14,6%), "Trabalho realizado com os adolescentes na socioeducação" (12,6%), "Escolarização" (9,9%), "Sentidos atribuídos à trajetória infracional" (9,3%), "Saúde e desenvolvimento" (8,6%), "Gênero e sexualidade" (7,9%), "Uso de drogas" (7,9%), "Família" (5,3%), "Construção de instrumentos e particularidades do campo de investigação" (4%) e "Trajetória e projetos de vida" (3,3%).

A partir da integração e análise dos dados identificou-se um número crescente de pesquisas publicadas ao longo dos anos, contudo números ainda baixos considerando-se a vasta quantidade de temas, abordagens e lacunas indicadas pelos artigos. Percebeu-se que as pesquisas recentes responderam perguntas deixadas pelos estudos de 2015, entretanto lacunas ainda são apontadas referentes à elaboração de projetos de intervenção que consigam abarcar adolescentes, familiares, escolas e equipes do sistema socioeducativo e investigações com números mais expressivos de participantes, que possam promover uma maior generalização dos dados a nível nacional.

Identificou-se resquícios das lógicas discriminantes e violentas dos Códigos de Menores nas práticas institucionais e no meio jurídico (Leal & Macedo, 2019; Souza et al., 2019), assim como trajetórias dos jovens marcadas pela violência urbana e policial, negligências parentais/familiares, relações interpessoais empobrecidas e precariedade no exercício e promoção dos direitos humanos (Coscioni et al., 2018; Coscioni et al., 2020). Destaca-se também o impacto positivo que a produção científica vem ocupando no processo de transformação social.



## RESUMO DO ESTUDO 2

### **Estigmas sociais sobre os adolescentes em conflito com a lei**

#### **Social stigmas about adolescents in conflict with the law**

##### ***Temática do estudo***

O adolescente em conflito com a lei ainda é muito estigmatizado socialmente, recebendo constantemente rótulos como “anormais”, "agressivos", "delinquentes", “bandidos”, dentre outros (Freitas, 2016). A sociedade busca a punição desses jovens (Leal & Macedo, 2016; Lucena, 2016), que recebem as medidas socioeducativas como uma forma de responsabilização, contudo, ao final da medida aplicada eles voltam ao meio social rotulados e estereotipados, dificultando a sua inserção na sociedade (Scisleski et al., 2015; Souza & Costa, 2013; Vidal, 2014).

O estigma social, por sua vez, refere-se a noções pré-determinadas e depreciativas que contribuem para que os adolescentes não sejam aceitos socialmente. Para a sociedade existe um modo como as pessoas devem ser e agir, assim, tudo que desviar desse esperado é entendido como inadequado, se tornando características estigmatizadoras. Essas características estereotipadas são uma forma de distinção entre as pessoas que a sociedade rotuladora acreditam ser desviantes, incomuns e fora do que consideram natural (Goffman 1963/2004). Os estigmas, portanto, contribuem para a perpetuação de uma visão negativa e determinística sobre os adolescentes, impactando a atuação profissional e a forma como o jovem será compreendido pela sociedade.

##### ***Objetivo***

Esta pesquisa teve como objetivo entender qual visão da população brasileira sobre os adolescentes em conflito com a lei, analisando aspectos como estigmas sociais, julgamento, atitudes e expectativas.

### ***Resumo do Método***

Esta é uma pesquisa descritiva, correlacional e exploratória realizada por meio de coleta online e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sob parecer CAAE: 38826620.1.0000.5154 (Anexo A). Participaram 440 adultos brasileiros, as idades variaram entre 18 e 74 anos, a maioria era do sexo feminino, se autoidentificava como branca, residia na região sudeste, tinha ensino superior completo, renda mensal entre 1 e 6 salários-mínimos e a maior parte indicou ter tido contato prévio com algum adolescente em conflito com a lei.

Para a coleta foram utilizados um questionário sociodemográfico com sete questões sobre aspectos pessoais da amostra e a Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações - EE-ACI (Marques, Ferreira, & Barroso, em preparação) contendo 38 questões. Posteriormente, para a análise dos dados foram conduzidas análises descritivas de porcentagem, média, mediana e desvio-padrão. Para determinar a normalidade dos dados foi realizado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, seguido das análises de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e correlação de Spearman. Por fim, foi realizada uma regressão logística binária [método Backward Stepwise (Wald)] para o nível alto de estigma. Para essa última etapa foram excluídos os casos que apresentaram valores omissos, contabilizando ao final 202 participantes elegíveis para análise. Todas as análises consideraram o nível de significância de 5%.

### ***Resumo das principais conclusões do Estudo 2***

Os resultados indicaram que a maioria dos participantes apresentaram níveis médios de estigma. Os respondentes do sexo masculino e pessoas com idade acima de 50 anos apresentaram níveis mais altos de estigma em relação aos demais. A análise de regressão logística identificou

que a única variável preditora para o estigma alto foi a escolaridade, com capacidade explicativa de 3,4%. Apesar de baixa, se mostrou um aspecto importante com capacidade para reduzir o estigma.

Percebeu-se nessa amostra um predomínio de atitudes e julgamentos positivos, contudo atitudes de medo e desconfiança sobre aos adolescentes que cometem infrações ainda estão presentes em algumas respostas, denotando que a estigmatização segue presente na amostra, a qual fatores culturais e educacionais podem contribuir para sua intensificação. O estudo apresenta como limitações ter sido realizado de forma remota, com amostra pouco diversa em termos educacionais, regionais, étnicos e faixa etária. Essas limitações podem ter contribuído para os resultados de estigma médio encontrados, assim indica-se que futuras pesquisas se foquem em abarcar outras populações e tenham números mais expressivos para que seja possível realizar generalizações a nível nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A partir do que foi exposto nos dois estudos foi possível conhecer quais pesquisas estão sendo feitas nos últimos anos, os avanços e lacunas ainda presentes na área. Além disso, foi possível ter uma medida dos níveis de estigma no Brasil e perceber como ele está se manifestando, o impacto da escolaridade como fator protetivo para esse comportamento e os pontos em que novas investigações poderão contribuir para maiores entendimentos sobre os seus preditores. De maneira geral, percebeu-se que os adolescentes em conflito com a lei ainda são pessoas negligenciadas em seus direitos, estigmatizadas, associadas ao sentimento de medo e à imprevisibilidade, em maiores e menores graus, a depender da população investigada e das características dessa população, como seu nível escolar.

O estudo de revisão sistemática permitiu conhecer como os adolescentes que se envolveram em infrações foram retratados nos documentos e mídias ao longo dos anos; o processo histórico das ações do sistema jurídico e socioeducativo destinado aos adolescentes, aspectos da legislação e como elas estão sendo aplicadas a passos lentos em alguns contextos e negligenciadas na atuação de profissionais em outros. As pesquisas mostraram também como os jovens simbolizam sua trajetória de vida, trajetória infracional, o período de privação de liberdade, suas relações familiares, com as equipes e profissionais do sistema socioeducativo. Em contrapartida à visão dos adolescentes, foi mostrado como os profissionais caracterizam a sua atuação, como estes representam a adolescência e o ato infracional, como as leis atravessam a atuação do sistema socioeducativo, as dificuldades ou resistências de colocá-las em prática, no que diz respeito a aspectos à saúde, escolarização, direito à dignidade e ao cuidado.

O estudo empírico permitiu conhecer os níveis de estigma de uma amostra da população brasileira sobre os adolescentes em conflito com a lei, indicando níveis médios de estigma, mas com grande potencial para afetar os processos de ressocialização, escolarização, profissionalização e demais aspectos da vida em sociedade da juventude que passou pelo sistema socioeducativo, devido ao estigma de ser imprevisível e fonte de risco para a infração ainda permear o modo de pensar e agir dos brasileiros. A idade e o sexo dos participantes se relacionaram ao seu nível de estigma, assim como a alta escolaridade apareceu como um fator protetivo contra o estigma alto.

Os resultados dos dois estudos mostraram a necessidade de intervenções com os adolescentes, dando enfoque em suas potencialidades, resiliência e estratégias de enfrentamento para lidar com os possíveis estigmas e discriminações sociais. Todavia, apesar de ser importante fortalecer o adolescente, apenas isso não irá resolver o problema do estigma e da privação de direitos encontrados. São necessárias intervenções com os profissionais do sistema de justiça e socioeducativo para a transformação da atuação e intervenções com a população em geral. O estudo empírico, ao indicar que a escolaridade é um fator protetivo e que pessoas mais jovens e do sexo feminino apresentaram níveis de estigma mais baixos, aponta para janelas de oportunidade de intervenção, indicando também o perfil da população que necessita de uma intervenção mais intensa.

Esta dissertação, portanto, traz contribuições à área da adolescência infracional ao apresentar um estudo sobre o estigma populacional, dando abertura ao entendimento sobre os estereótipos, julgamentos, atitudes e expectativas da população geral sobre os jovens do sistema socioeducativo; bem como contribui ao apresentar os artigos empíricos e teóricos da literatura brasileira publicados nos últimos cinco anos, integrando resultados e apontando caminhos a serem seguidos em investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

- Ainlay, S. C., Coleman, L. M., & Becker, G. (1986). Stigma reconsidered. In Stephen C. Ainlay, Gaylene Becker; Lerita M. Colman. (Org.), *The Dilemma of Difference* (1-13). New York: Plenum.
- Borges, V., & Salla, F. (2018). A gestão da minoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940): encruzilhada de saberes. *Saúde & Sociedade (São Paulo)*, 27(2), 326-337. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180139>
- Coelho, J. B., Pessoa, A. S. G., & Bottrell, D. (2017). Perceptions of young offenders about the police: a qualitative study conducted in Brazil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais (São João del Rei)*, 12(4), 1-17. Recuperado em maio de 2021, de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000400011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000400011)
- Coscioni, V., Marques, M. P., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Ciencias Psicológicas*, 12(1), 109-120. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1601>
- Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., Koller, S. H. (2020). Relações Interpessoais de Adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(e3645), 1-12. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3645>
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990-2019). *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União.
- Freitas, M. C. (2016). *História social da infância no Brasil*. Cortez Editora.
- Goffman, E. (2004). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (M. Lambert, Trad.). (Trabalho original publicado em 1963).
- Leal, D. M., & Macedo, J. P. (2019). Os discursos protetivos e punitivos acerca dos adolescentes em medida de internação no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 17(1), 207-221. doi: <https://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17112>
- Link, B. G., & Phelan, J. (2001). *Conceptualizing stigma*. *Annual Review of Sociology*, 27, 363-385.
- Marques, A. C. C., Ferreira, A. F., & Barroso, S. M. (no prelo). Construção e evidências de validade da Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações (EE-ACI).
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62(2009), 1006-1012. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>

- Pires, H. P. (2018). *Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEUB): lugar de cidadania?* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22517>
- Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Silva, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>
- Senhoras, E. M., & Senhoras, C. A. B. M. (2020). *30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente*. Editora da UFRR.
- Souza, C. (2017). *"A gente nasceu bandido e vai morrer bandido" - Trajetórias de criminalização e escolarização de adolescentes privados de liberdade* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UND: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23600>
- Souza, C., & Silva, D. N. H. (2018). Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 23, 1-12. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e35751>
- Souza, Luana Alves, & Costa, Liana Fortunato. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF (Bragança Paulista)*, 18(2), 277-288. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>
- Souza, L. T., Albuquerque, F. S., & Aboim, J. B. (2019). A convenção da criança e os limites na responsabilização de crianças e adolescentes no Brasil: rupturas e permanências. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1356-1382. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39120>
- Vidal, A. S. (2014). *Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106497>

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Escala de Estigma sobre Adolescentes que Cometeram Infrações (EE-ACI)

Entendendo que violar a lei significa cometer como furtos, roubos, homicídios, sequestro, tráfico de drogas, dentre outras infrações, leia atentamente as afirmações abaixo e responda de acordo com o quanto você concorda com as afirmações a seguir:

	Com certeza não	Provavelmente não	Provavelmente sim	Com certeza sim	Não sei/Não quero responder
1- Sou a favor da redução da maioria penal					
2- Com a redução da maioria penal menos adolescentes iriam violar as leis					
3- Eu teria medo de estar no mesmo ambiente de um adolescente que já violou a lei					
4- Eu contrataria um adolescente que já violou a lei					
5- Eu deixaria ou indicaria um adolescente que já violou a lei para cuidar de uma criança que eu conheço					
6- Eu teria vergonha se alguém soubesse que algum jovem da minha família já violou a lei					
7- É possível que exista a ressocialização do adolescente					
8- Eu ficaria com medo de ser vizinho de um adolescente que já violou a lei					
9- Eu seria amigo/deixaria que alguém que eu gosto fosse amigo de um adolescente que já violou a lei					
10- Eu acho que o adolescente viola as leis porque é moralmente fraco					
11- Um adolescente que violou a lei deve ser preso					



12- Adolescentes que violam as leis vem de famílias ligadas ao mundo do crime					
13- Eu acho que o adolescente que viola a lei é um perigo para a sociedade					
14- A vida de todos os adolescentes é igualmente importante, independente dele violar ou não a lei					
15- A falta de religião é um dos motivos que faz um adolescente violar as leis					
16- Eu acho que o adolescente que viola a lei merece uma segunda chance					
17- Eu teria medo de ser roubado/furtado por um adolescente que já roubou/furtou outras pessoas					
18- A religião pode ser a salvação de um adolescente que viola as leis					
19- A família é determinante para o adolescente violar leis					
20- A forma como a sociedade age com o adolescente, o ajuda a não violar novamente as leis					
21- O adolescente que viola a lei mais de uma vez faz isso porque quer					
22- A exclusão e a desigualdade social influenciam os adolescentes a violar as leis					
23- O governo deve investir mais na saúde, educação e assistência a adolescentes que violam leis					
24- Adolescentes violam as leis porque acham um caminho mais fácil do que trabalhar					
25- Adolescentes violam as leis porque as punições que recebem não são suficientes					
26- Adolescentes violam as leis porque precisam para sobreviver					
27- Adolescentes violam as leis como forma de testar limites					
28- Adolescentes violam as leis porque a sociedade/Estado não					

oferecem condições dignas de vida e educação					
29- Adolescentes violam as leis porque não têm respeito por leis e regras					
30- Adolescentes violam as leis porque comportamentos de risco fazem parte do seu processo de desenvolvimento					
31- Adolescentes violam as leis por andarem com más companhias					
32- Adolescentes que violam as leis são perigosos					
33- Adolescentes que violam as leis são bandidos					
34- Adolescentes que violam as leis são “doentes”					
35- Adolescentes que violam as leis são imprevisíveis					
36- Adolescentes que violam as leis são agressivos					
37- Adolescentes que violam as leis já nasceram ruins					
38- Adolescentes que violam as leis não tem caráter					

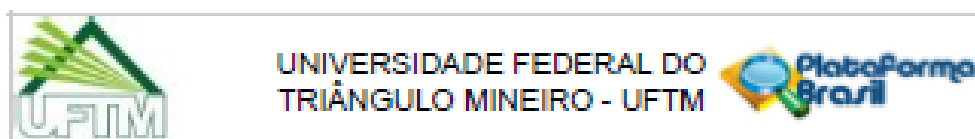
## APÊNDICE B

**Questionário sociodemográfico**

- 1- Idade: \_\_\_\_ anos
- 2- Sexo
  - a. Feminino
  - b. Masculino
  - c. Outro (Se considera que seja outro, por favor indique qual): \_\_\_\_\_
- 3- Estado em que mora: \_\_\_\_\_ (Deixe como lista)
- 4- Você diria que a sua raça/cor é:
  - a. Negro
  - b. Pardo
  - c. Branco
  - d. Amarelo
  - e. Indígena
  - f. Outro (Se outro, por favor indique qual): \_\_\_\_\_
- 5- Qual o seu nível de escolaridade? (Marque apenas uma resposta)
  - a. Nunca estudou
  - b. Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
  - c. Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
  - d. Ensino Médio (antigo 2º grau)
  - e. Ensino Superior
  - f. Pós-Graduação
- 6- Qual a renda mensal média da sua família?
  - a. Nenhuma renda
  - b. Até 1 salário mínimo (até 1.049,00 reais)
  - c. De 1 a 3 salários mínimos (de 1.049,00 até 3.147,00 reais)
  - d. De 3 a 6 salários mínimos (de 3.147,00 até 6.294,00 reais)
  - e. De 6 a 9 salários mínimos (6.294,00 até 9.441,00 reais)
  - f. Mais de 9 salários mínimos (acima de 9.441,00 reais)

## ANEXOS

## ANEXO A



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Estigma social de adolescentes em conflito com a lei

**Pesquisador:** SABRINA MARTINS BARROSO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 38826620.1.0000.5154

**Instituição Proponente:** Pro Reitoria de Pesquisa

**Patrocinador Principal:** FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.424.483

**Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PE\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1633579.pdf, de 04/11/2020) e do Projeto Detalhado (Projeto\_detalhado\_word.docx, de 04/11/2020).

Segundo as pesquisadoras: "Legalmente no Brasil a adolescência é definida com seu início aos 12 e término aos 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990/2019) e, historicamente, o cuidado com os adolescentes não tiveram um grande cuidado jurídico e social. Pode-se dizer que a população infanto-juvenil foi e ainda é uma das mais prejudicadas pela escassez teórica e descuido social e jurídico (Souza, 2017). Deixando de receber a visibilidade e o cuidado necessário, os adolescentes acabaram sofrendo e, de certo modo, ainda sofrem violências que muitas vezes são ocultadas ou naturalizadas. A desigualdade social, étnica e econômica no Brasil dificulta o pleno desenvolvimento subjetivo e social de adolescentes que são excluídos socialmente, privados do acesso à cultura e consumo de bens e serviços, sofrem preconceitos e estigmas por sua classe e condição social, possuem relacionamentos interpessoais e familiares fragilizados, além de muitas vezes serem privados de um ensino de qualidade (Nunes, Andrade, & Morais, 2013). Desse modo, enquanto sujeitos que sofrem violência, sejam elas abandono, trabalho infantil, prostituição, abuso sexual, dentre outras negligências, eles não recebem o valor

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões  
 Bairro: Abadia CEP: 30.025-440  
 UF: MG Município: UBERABA  
 Telefone: (34)3700-6003 E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Contribuição do Pesquisador: 4-034-683

e amparo necessários (Leal & Macedo, 2015; Lucena, 2016). Todavia, quando passam a reproduzir a violência que sofrem, passam a ser vistos como representantes de perigo, recebendo, assim, a atenção pública. Porém, essa atenção é, em suma, com o intuito de culpabilizar e punir (Leal & Macedo, 2015; Lucena, 2016).

Segundo o ECA (1990/2019), estar em conflito com a lei se refere ao cometimento do ato infracional, que consiste na "conduta descrita como crime ou contravenção penal" (art. 103) cometida por adolescentes com idade inferior a 18 anos. Autores apontam que o envolvimento ao ato infracional é um processo complexo devido à interação entre o contexto social, familiar, econômico e cultural, destacando a vulnerabilidade e violência social sofrida (Aguilar-Cárceles, 2012; Asquidamini, Barbiani, & Sugizaki, 2015; Gomes & Concelção, 2014).

Percebe-se que o adolescente que comete um ato infracional ainda é muito estigmatizado socialmente. O estigma diz respeito a noções pré-determinadas sobre os sujeitos, com caráter depreciativo, que fazem com que eles não sejam completamente aceitos pela sociedade, ou seja, são formas que a sociedade encontra para categorizar negativamente pessoas que acreditam ser desviantes, incomuns ou fora do que consideram natural, transformando essa categorização em expectativas normativas (Goffman 1963/2004). Assim, estigmas são ideias preconceituosas e estereótipos sobre determinados sujeitos, normatizadas pela classe dominante.

Esses estereótipos e estigmas colocados sobre o adolescente podem contribuir para a perpetuação de uma visão carregada de características negativas sobre ele, que acabam impactando até mesmo a atuação do profissional e, assim, contribuir para a reprodução da violência institucional. Pela via social, o olhar da população de uma maneira geral acompanha o mesmo caminho. Esses jovens são acompanhados de palavras como "anormal", "agressivo", "problema", "delinquente", "bandido", entre outros, e esses atributos fazem parte de um repertório de afirmações com o qual fica explícita a ação das pessoas sobre o adolescente em conflito com a lei ao longo do tempo (Freitas, 2016; Scisleski, Bruno, Galeano, Santos, & Silva, 2015; Stecanela, 2012a). Apesar de durante o cumprimento da medida ser direito do jovem recursos como educação e capacitação para o trabalho, nem sempre esse acesso é concretizado e quando há o término da medida, eles saem carregados de rótulos, dificultando a sua inserção no mercado de trabalho, na escola e em uma vista justa (Reis, 2012; Scisleski et al., 2015; Souza & Costa, 2013).

Dentro da sociedade, a adolescência e o ato infracional tem sido tratadas de forma sensacionalista. Dessa forma, são alvos de atendimentos de alto caráter punitivo como uma forma de atender o clamor social (Leal & Macedo, 2015; Lucena, 2016). Enquanto seres em processo de construção de identidade, os adolescentes associam a imagem que constroem de si mesmos à imagem social,

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 36.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-0003

E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Protocolo: 4.014.683

dificultando a construção de outras perspectivas de vida, pois a eles são impostos como único destino a criminalidade (Souza, 2017; Stecanela, 2012a). O conceito de estigma internalizado reflete esse impacto, pois esse é um processo no qual o indivíduo tem conhecimento do estigma que foi atribuído a ele e parte para um processo de internalização do mesmo, ou seja, aplica a si os estereótipos negativos atribuídos pela sociedade (Nascimento & Leão, 2019). As pesquisas feitas com adolescentes confirmam os impactos dessa visão social estigmatizada. Em suas falas, falam de si mesmo enquanto bandidos, marginais, sozinho e prisioneiros, com grandes sentimentos de inferioridade (Souza, 2017; Stecanela, 2012a; Stecanela, 2012b). O estigma faz com que "aceitem" os rótulos de infratores, pois é isso que o mundo está oferecendo a eles. Assim, a sociedade acaba provocando a manutenção do comportamento de infrator.

Reis (2012) colocou que com a saída do Centro de Socioeducação não eram oferecidos aos jovens meios para que saíssem da criminalidade, vista a resistência com a qual são recebidos pela sociedade. O processo de ressocialização é contínuo e um dos seus maiores desafios é no momento de retorno ao convívio social. A sociedade será seu espaço de convivência, lazer, de estudos e profissionalização, portanto sua ressocialização está diretamente ligada à compreensão que se tem do adolescente e do ato infracional. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo entender qual a visão que a população brasileira tem em relação a adolescentes em conflito com a lei, analisando aspectos como julgamento e estigmas sociais."

#### "MÉTODO(S) A SER(EM) UTILIZADO(S)

Esta proposta refere-se a um estudo transversal, exploratório, de caráter quantitativo, do tipo survey, que se refere a um tipo de coleta de dados que tem por objetivo obter informações ou opiniões de determinados grupos de pessoas, caracterizados como representando da população alvo. Para isso utiliza questionários como instrumento de coleta (Gerhardt & Silveira, 2009). O instrumento a ser utilizado será um questionário sobre estigma social criado para o estudo, pelo link [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDZ8PnnyVy607dnCc7INQh1FP628YYnT2enfDpB-pQ7ia2BA/viewform?usp=pp\\_url&entry.1122741981=Abrir+o+Termo+de+Consentimento+Livre+e+Esclarecido&entry.1817457407=Consinto+participar+da+pesquisa&entry.362950540=24&entry.1513443515=Feminino&entry.1369222330=Minas+Gerais&entry.1212582672=Branco&entry.704213633=Ensino+Superior&entry.298704386=De+6+a+9+sal%C3%A1rios+m%C3%ADnimos+\(6.294,00+at%C3%A9+9.441,00+reais\)&entry.768877442=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDZ8PnnyVy607dnCc7INQh1FP628YYnT2enfDpB-pQ7ia2BA/viewform?usp=pp_url&entry.1122741981=Abrir+o+Termo+de+Consentimento+Livre+e+Esclarecido&entry.1817457407=Consinto+participar+da+pesquisa&entry.362950540=24&entry.1513443515=Feminino&entry.1369222330=Minas+Gerais&entry.1212582672=Branco&entry.704213633=Ensino+Superior&entry.298704386=De+6+a+9+sal%C3%A1rios+m%C3%ADnimos+(6.294,00+at%C3%A9+9.441,00+reais)&entry.768877442=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.)

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões  
Bairro: Abadia CEP: 38.025-640  
UF: MG Município: UBERABA  
Telefone: (34)3700-6903 E-mail: cap@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Projeto: 4-034-003

1720522023=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.749131829=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.524687565=C  
om+certeza+n%C3%A3o&entry.1380619692=Com+certeza+sim&entry.942768106=Com+certeza+sim&entr  
y.1713798167=Com+certeza+sim&entry.1316899872=Com+certeza+sim&entry.1124446166=Com+certeza  
+n%C3%A3o&entry.1045835109=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.53231612=Com+certeza+n%C3%A3o&  
entry.1469745621=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.62980247=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.8252263  
91=Com+certeza+sim&entry.803622169=Com+certeza+sim&entry.1488141196=Com+certeza+n%C3%A3o  
&entry.1354481487=Com+certeza+sim&entry.2142788846=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.110116435=C  
om+certeza+n%C3%A3o&entry.1520341986=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.329897409=Com+certeza+  
sim&entry.1108755925=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1880730690=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1  
725270440=Com+certeza+sim&entry.719119183=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.896323811=Com+certe  
za+n%C3%A3o&entry.1340967549=Com+certeza+sim&entry.456309967=Com+certeza+sim&entry.609105  
900=Com+certeza+sim&entry.837183260=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.663476966=Com+certeza+sim  
&entry.1529967511=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1056258136=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1511  
229670=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1802724977=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.1352723650=Co  
m+certeza+n%C3%A3o&entry.1408857039=Com+certeza+n%C3%A3o&entry.667264072=Com+certeza+n  
%C3%A3o&entry.368952515=Com+certeza+n%C3%A3o, que tem o intuito de investigar quais aspectos

envolvem o estigma que a sociedade brasileira tem sobre os adolescentes em conflito com a lei. Inicialmente este projeto será submetido ao CEP-UFTM e após sua aprovação será divulgado o questionário online. A coleta será realizada de forma online, pois tem o intuito de alcançar um maior número de pessoas para a amostra, conseguindo alcançar sujeitos de diferentes locais, tomando possível construir uma amostra mais diversa. Após o alcance do mínimo de 385 participantes, será feita a análise e interpretação dos dados.

Para a análise, a princípio serão conduzidas análises descritivas de porcentagem, média, mediana, dispersão e desvio-padrão, para que assim seja feita uma caracterização da amostra e das variáveis investigadas. Em seguida será feito o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, para que seja determinada se as variáveis são paramétricas ou não-paramétricas. Sendo paramétricas serão rodados os testes t-Student para amostras independentes, ANOVA e correlação de Pearson, mas caso sejam não-paramétricas serão realizadas análises de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e correlação de Spearman, para que possa ser verificado se há correlação entre as variáveis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 156, Casa das Comissões  
Bairro: Abadia CEP: 38.025-440  
UF: MG Município: UBERABA  
Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Formulário: 4.034-003

estudadas. Todas as análises irão considerar o nível de significância de 5%.

Será feita, por fim, uma análise de rede, pois a partir dela pode-se mapear as variáveis da pesquisa em uma rede de dados, permitindo-se que fique visível a interação entre os dados. Portanto, por meio da análise de rede pode-se identificar quais variáveis se relacionam e o nível dessa interação (Machado, Vissoci, & Epskamp, 2015; Neves, 2018). A interpretação dos dados será feita segundo a literatura sobre estigma social.”

#### “CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES

Crterios de inclusão: Ter idade superior a 18 anos e residir no Brasil no momento de participação na pesquisa

Crterios de exclusão: Ter idade inferior a 18 anos e não morar no Brasil.”

#### Objetivo da Pesquisa:

Segundo as pesquisadoras:

“Objetivo geral: Investigar qual a visão da população brasileira em relação a adolescentes em conflito com a lei, analisando o julgamento e estigma social.”

#### “Objetivos específicos

Desenvolver um estudo empírico sobre estigma de adolescentes em conflito com a lei, cujos resultados permitam:

- 1 - Descrever quais estigmas estão presentes no imaginário social;
- 2 - Descrever se há estigmas sobre a forma como percebem o adolescente quanto às suas características e motivação para infração;
- 3 - Analisar se as respostas marcadas correspondem mais a pensamentos protetivos ou punitivos sobre os adolescentes;
- 4 - Observar se há correlações entre a idade e grau de escolaridade da amostra e a presença de estigmas;
- 5 - Descrever o que melhor explica, dentre as respostas, a presença de estigmas na sociedade”.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo as pesquisadoras:

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões			
Bairro: Abadia			CEP: 35.025-440
UF: MG	Município: UBERABA		
Telefone: (34)3700-6903		E-mail: cep@uftm.edu.br	





UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Projeto: 4.424-483

**Riscos:** Devido ao questionário desenvolvido não apresentar questões de cunho pessoal, apenas solicitar uma visão sobre outros sujeitos que não o respondente, estima-se que os riscos sejam mínimos possíveis, pois os participantes não necessitarão entrar em contato com sentimentos e emoções que pudessem provocar desconfortos psicológicos e emocionais. Por a coleta ser de forma online, os participantes não precisarão sair de suas casas para participarem, o que faz com que eles não precisem se colocar em risco. Devido à necessidade de informar o e-mail, há o risco de perda de confidencialidade. Portanto, será tomado todos os cuidados para não divulgação de informações que identifiquem os participantes. Os e-mails serão usados apenas para contato futuro, no momento de entrega da devolutiva e não como meio de identificação de resposta dos dados. Serão atribuídos nomes fictícios, números ou letras para identificar cada participante."

**Benefícios:** As lacunas existentes na literatura sobre o tema causam uma defasagem no conhecimento sobre os estigmas que envolvem essa população, o que contribui para diminuir as políticas de assistências a esses adolescentes e intervenções com a sociedade como um todo, de modo a promover discussões e uma conscientização sobre os adolescentes que comete infrações e os estigmas e discriminações que eles sofrem. Portanto, com pesquisas como essa os benefícios referem-se ao conhecimento sobre essa população e o entendimento sobre os impactos sociais, emocionais e psicológicos que uma visão estigmatizada pode provocar. Ao adolescente lhe é entregue o título de jovem infrator, sem um espaço de escuta sem julgamentos. Essa pesquisa pretende ser mais uma ferramenta que possa dar um pontapé em um processo de mudança social extensa e necessária".

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Esta proposta refere-se a um estudo transversal, exploratório, de caráter quantitativo, do tipo survey, que se refere a um tipo de coleta de dados que tem por objetivo obter informações ou opiniões de determinados grupos de pessoas, caracterizados como representando da população alvo. Este estudo será voltado à compreensão da população brasileira sobre os adolescentes em conflito com a lei.

Equipe de pesquisadores vinculada na Plataforma Brasil: Profa Dra Sabrina Martins Barros (Responsável Principal), Ana Carolina Canassa Marques (Pesquisadora Assistente).

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 155, Casa das Comissões  
 Bairro: Abadia CEP: 38.025-440  
 UF: MG Município: UBERABA  
 Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cap@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 4-034-033

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 ou CNS 510/16 e Norma Operacional 001/2013, o Colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1633579.pdf	04/11/2020 19:42:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_pdf.pdf	04/11/2020 19:41:26	ANA CAROLINA CANASSA MARQUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_word.docx	04/11/2020 19:41:11	ANA CAROLINA CANASSA MARQUES	Aceito
Cronograma	Cronograma_pdf.pdf	04/11/2020 19:40:41	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
Cronograma	Cronograma_word.doc	04/11/2020 19:40:32	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_online_pdf.pdf	04/11/2020	ANA CAROLINA	Aceito

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 152, Casa das Comissões  
Bairro: Abadia CEP: 38.025-440  
UF: MG Município: UBERABA  
Telefone: (34)3700-6803 E-mail: cep@uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 4.424.683

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online_pdf.pdf	19:40:05	CANASSA MARQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online_word.docx	04/11/2020 19:39:57	ANA CAROLINA CANASSA MARQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pdf.pdf	04/11/2020 19:39:48	ANA CAROLINA CANASSA MARQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_word.docx	04/11/2020 19:39:39	ANA CAROLINA CANASSA MARQUES	Aceito
Outros	Apendice_A_pdf.pdf	02/10/2020 22:49:45	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
Outros	Apendice_A_word.doc	02/10/2020 22:49:35	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_pdf.pdf	23/09/2020 22:11:37	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
Orçamento	Orçamento_pdf.pdf	23/09/2020 12:24:06	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito
Orçamento	Orçamento_word.doc	23/09/2020 12:23:58	ANA CAROLINA CANASSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 27 de Novembro de 2020

Assinado por:

Alessandra Cavalonli de Albuquerque e Souza  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br